



JORNADA TRANS: Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife

TRANS JOURNEY: A study about transvestite and transsexual women's way through the labor market at Recife

Suelen Mazza Batista ⁽¹⁾

Centro Universitário Brasileiro/UNIBRA, Recife-PE

Diego Costa Mendes ⁽²⁾

Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa-MG

Giselle Alves Silva ⁽³⁾

Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Satarém, Santarém-PA

José Ricardo Costa de Mendonça ⁽⁴⁾

Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife-PE

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir sobre a trajetória de trabalho de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho do Recife. Com caráter exploratório, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, esta pesquisa foi desenvolvida em torno de sete entrevistas com travestis e mulheres trans, a partir de roteiro semiestruturado. Os dados coletados foram trabalhados mediante análise de conteúdo temática, a partir da relação entre a ocupação das mulheres trans e travestis com a escolaridade, a capacitação profissional, o apoio familiar e o mercado de trabalho não inclusivo. Pode-se perceber que, devido a preconceitos e discriminação da sociedade, essa população sofre exclusão social, que começa na rejeição da família, passando por um ambiente escolar hostil e não inclusivo, e por um mercado de trabalho formal com poucas oportunidades. Diante deste contexto, muitas vezes, a prostituição se torna um meio para a sobrevivência, e um dos poucos espaços no qual a identidade de gênero dessa população é legitimada.

Palavras-chave: Mulheres transexuais; travestis; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study aims to discuss the work trajectory of transvestites and transsexual women in the labor market in Recife. With an exploratory character, of an applied nature and a qualitative approach, this research was developed around seven interviews with transvestites and transsexual women, based on a semi-structured script. The collected data were analyzed by a thematic content analysis, based on the relationship between the occupation of transsexual and transvestite women with schooling, professional training, family support and the non-inclusive job market. It might be seen that, due to prejudices and discrimination in society, this population suffers social exclusion, which begins with the rejection by the family, passing through a hostile and non-inclusive school environment, and a formal labor market with few opportunities. In this context, prostitution often becomes a mean for survival, and one of the few spaces in which the gender identity of this population is legitimized.

Keywords: Transsexual women; transvestites; labor market.

INTRODUÇÃO

Segundo dados da Transgender Europe (TGEU, 2015), o Brasil é o país que mais registra número de assassinatos de pessoas transgêneras no mundo. Entre 2008 e 2014, foram 691 mortes. Essa violência decorrente do preconceito e discriminação gera consequências em diversas áreas da sociedade. No campo da ocupação profissional, a realidade dessas pessoas não é diferente, apenas 10% das travestis e mulheres transexuais estão inseridas no mercado de trabalho formal, as demais, 90%, estão se prostituindo para poder obter os recursos necessários a sua subsistência (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Diante desse contexto, percebe-se a necessidade de discutir sobre a trajetória das travestis e mulheres transexuais no exercício profissional.

Inicialmente, é primordial entender que a discriminação com pessoas transgêneras é uma questão estrutural, baseada na formação cultural e educacional do povo brasileiro. A sociedade e os valores de normalidade/anormalidade são formados através da construção de fatores historicamente determinados. Influenciados por uma esfera religiosa judaico-cristã, os valores culturais que definem as normas de gênero e sexualidade são pautados sob uma visão binária (macho/fêmea) e heteronormativa/reprodutiva (o coito entre um homem e uma mulher para a procriação é o único modelo considerado adequado). Nesse sentido, por terem corpos destoantes dos padrões normativos instituídos, a vida das travestis e mulheres transexuais é marginalizada. Seus direitos são negados em virtude de sua identidade de gênero (FIGUEIREDO, 2008).

A discriminação e o preconceito contra este grupo muitas vezes têm início no âmbito familiar (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Segundo Lacan (2008), a família constitui-se como um dos grupos mais importantes para a transmissão da cultura. Diante disso, influenciada pela sociedade que a cerca, a família não aceita a transexualidade e/ou a travestilidade dentro de casa. A exclusão, a violência, o bullying e o assédio moral intrafamiliar comprometem a vontade, o sentimento e o intelecto, lesionando assim a integridade física e psíquica das travestis e mulheres transexuais (CARDIN; BENVENUTO, 2013).

Outro ambiente que também colabora com a disseminação do preconceito desde cedo são as escolas. O sistema educacional brasileiro ainda não se encontra preparado para lidar com pessoas transgêneras nas salas de aula. Não aceitar o uso do nome social nas chamadas, não permitir que transexuais usem banheiros condizentes com o gênero com o qual se identificam, silenciar a diversidade de discursos e existências no ambiente escolar – como forma de luta contra o bullying e a transfobia, por exemplo – são fatores que contribuem para que estes indivíduos abandonem as salas de aulas precocemente (BOHM, 2009).

Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015, p. 94), com base em pesquisa de âmbito nacional, evidenciam ainda que “homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis são indicados como pessoas que não se queriam ter como colega de classe por 19,3% dos alunos, sendo os jovens do Ensino Médio os que mais rejeitam essas pessoas”. Esta estatística reflete a discriminação existente no ambiente escolar e, possivelmente, a falta de estímulo à informação e à educação sobre a diversidade sexual nesse contexto, contexto

este que explica porque essas pessoas se afastam dos estudos ainda na adolescência, época na qual muitas vezes se inicia o processo de transformação corporal.

A discriminação colabora para a exclusão social e violência que essas pessoas sofrem diariamente. Frequentemente, partilham de histórias que refletem sentimentos de dor relacionados à sua sociabilidade cotidiana, caracterizada pelos confrontos e enfrentamentos rotineiros, devido a não aceitação da sociedade. E um dos principais problemas enfrentados é a falta de oportunidades nos âmbitos social, econômico e político (FIGUEIREDO, 2008).

Diante desse contexto, a baixa escolaridade, a não aceitação e a falta de estrutura familiar, os preconceitos sociais e a ausência de políticas públicas que garantam os direitos das pessoas trans são aspectos que constituem barreiras também relacionadas à empregabilidade (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018). O resultado é a forte presença dessa população na informalidade, em sua maioria em ocupações estereotipadas (como os ramos da beleza e da moda, desempenhando funções de cabeleireiras, maquiadoras, estilistas, etc.) e/ou na prostituição (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020).

A cidade do Recife e sua região metropolitana constituem exemplos que ilustram bem os atuais problemas vividos pelas transgêneras em outros espaços do país (SOUZA, 2017). Ainda há poucas pesquisas e estudos que retratem e debatam a realidade vivida por esse grupo na cidade recifense. Nesse sentido, através deste artigo procura-se estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema para que haja um maior debate nos âmbitos científico, social e político – não só no Recife como em outras cidades brasileiras – chamando atenção para a necessidade de gerar mais oportunidades de inserção em vagas de empregos formais para

essas pessoas, fortalecendo a garantia destas aos direitos trabalhistas e previdenciários, como salário, férias, seguro desemprego, etc.

Ante o exposto, o objetivo desse estudo é discutir sobre a trajetória de trabalho de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho na cidade do Recife. Além desta introdução, este estudo está estruturado por: discussão inicial sobre sexo, gênero e orientação sexual; seguida de seções que discutem acerca da travestilidade e transexualidade e sobre travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho; descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa; apresentação das entrevistadas e discussões sobre as trajetórias trans analisadas; e, por fim, pelas considerações finais sobre o estudo.

SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Inicialmente, nos primórdios das pesquisas feministas, sexo era uma categoria aplicada para diferenciar biologicamente o masculino e o feminino (NOGUEIRA, 2001). O sexo biológico se referia ao órgão genital com o qual o indivíduo nascera; um conjunto de informações cromossômicas, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam machos e fêmeas. Já o gênero era compreendido como consequência da prática social, não da biogenética dos corpos (MEDEIROS; BORGES; MIRANDA, 2010).

O esforço de distinguir os conceitos das categorias sexo e gênero foi essencial para o discurso que rejeitava o determinismo biológico implícito. Entretanto, no decorrer das discussões e reflexões feministas, o sexo também passou a ser considerado como socialmente construído a partir da compreensão de que o gênero cria o sexo, visto que as formas pelas quais os corpos são apresentados são também socialmente

constituídas (MATOS; LOPES, 2008). Nesse sentido, Butler (2003) chama a atenção para o movimento de diferenciação dessas categorias, argumentando que o próprio sexo se configura como uma invenção cultural:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

Dessa forma, o gênero é constituído nas relações sociais (BUTLER, 2003), caracterizando primariamente uma convicção que o indivíduo possui entre os masculinos e os femininos. Assim, a identidade de gênero configura-se como uma experiência emocional, psíquica e social de uma pessoa enquanto feminilidades e masculinidades ou androginia. A expressão de gênero diz respeito aos maneirismos, forma de vestir, forma de apresentação, aspecto físico, gostos e atitudes de uma pessoa (GUEDES, 1995).

No entanto, é preciso chamar a atenção para algumas imbricações ao discutir o conceito de gênero. Para Eccel e Grisci (2011), o conceito introdutório de gênero indica símbolos culturais e dessa forma determina as funções que caberiam aos homens e às mulheres. Scott (1990) afirma ainda que o gênero diante desse contexto pautaria a compreensão das diferenças entre sexos, sendo uma construção mental importante a estabelecer relações de poder. Ou seja, nessa abordagem inicialmente descritiva, o termo gênero foi a princípio

utilizado para definir mulheres, conservando ainda o aspecto relacional entre o feminino e o masculino, indicando construções culturais de papéis adequados para homens e mulheres. Porém, esta abordagem que prioriza a relação social entre os sexos não chegou a procurar as causas destas construções e, portanto, não desenvolveu muitas mudanças na hegemonia historicamente formada do masculino em relação ao feminino (ECCEL; GRISCI, 2011).

A construção histórica de funções sociais femininas e masculinas foi sendo constituída de forma dicotômica, relacionando o feminino ao contexto doméstico e o masculino ao âmbito social e produtivo. No ambiente profissional, especificamente, a masculinidade é comumente associada à função da administração, sendo atrelada a qualidades valorizadas – como eficiência, competência, competitividade e produtividade (MENEZES; OLIVEIRA; DINIZ, 2013). Dessa maneira, em nossa cultura, o binarismo de gênero além de demarcar relações de poder, acaba por postular que as pessoas são exclusivamente homens (masculinos) ou exclusivamente mulheres (femininas), conseqüentemente nega e oprime multidiversidades existentes no mundo.

Diante disto, é necessário debruçar-se sob perspectivas capazes de proporcionar a ruptura com o binarismo masculino/feminino, dificultando que se determinem homens e mulheres a partir de polos distintos e revelando os aspectos causais desta dicotomia – como as discussões de poder e as significações imbricadas nas definições sobre masculinidade e feminilidade. Assim, é essencial entender que o lugar do feminino e do masculino é determinado a partir de atribuições sociais e

que este lugar deve ser compreendido tanto em aspectos políticos quanto sociais (PRAUN, 2011; TEIXEIRA; PERDIGÃO; CARRIERI, 2016).

Nessa discussão, faz-se relevante a percepção de que os gêneros e identidades misturam-se de várias formas, relacionando-se com outros elementos sociais – como classe, etnia e religião –, desconstruindo e reconstruindo figuras possíveis, e estabelecendo dialéticas de múltiplas possibilidades, que inviabilizam conceituar gênero binariamente (ROLNIK, 1997). No entanto, na contemporaneidade, essas concepções binárias ainda marcam forte presença nas culturas e acabam por promover o pensamento linear em que o gênero é correspondente ao sexo de origem, reforçando a crença de que o indivíduo que tem a genitália masculina é necessariamente homem e quem tem a genitália feminina é mulher. Tal ideia torna-se a principal base argumentativa para patologizar as transexualidades e as travestilidades (VASCONCELLOS, 2014).

Para combater tais discriminações é preciso esclarecer e refletir sobre esses sistemas de ordem impositiva linear e binária. De acordo com Butler (2003, p. 138), “a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos”. Observa-se que o gênero não precisa incluir obrigatoriamente a natureza física do indivíduo, mas sim a sua natureza de identidade, ou seja, aquela que o indivíduo acredita pertencer. Para compreender tal pensamento, é necessário subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo.

Nesse sentido, Bento (2006) argumenta que um indivíduo pode se sentir

homem ou mulher sem necessariamente ter sua identidade de gênero linearmente ordenada com sua genitália biológica nem com sua orientação sexual. Entretanto, em grande parte do imaginário social, a categoria de gênero ainda está intrinsecamente fixada ao conceito de sexualidade/reprodução, o que promove grande dificuldade em distinguir – segundo o senso comum – a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual.

Nesse contexto de significações, por último, mas não menos importante, a orientação sexual se refere “à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero” (YOGYAKARTA, 2007, p. 7). Em relação à orientação sexual, outra disposição socialmente legitimada é a heterossexualidade compulsória. A vida sexual cotidiana é regida pela heteronormatividade, reproduzindo o entendimento de que ser heterossexual é natural e instintivo, enquanto outras formas de exercício da sexualidade são vistas como anormais e, por conseguinte, erradas (LOURO, 2016).

Tal concepção heteronormativa e binária – estruturada como modelo cultural hegemônico – cria dificuldades para que os indivíduos exerçam a própria identidade e sexualidade em sua plenitude (BUTLER, 2003). Portanto, para quebrar tais barreiras e estigmas que geram preconceitos, é necessário entender que existem diversas possibilidades de orientação sexual, de performance e de identidade de gênero – entre essas últimas as travestilidades e transexualidades, que serão posteriormente abordadas neste artigo.

TRAVESTILIDADES TRANSEXUALIDADES

E

Definir e delimitar as categorias de travestis e transexuais não é uma atividade fácil, mas há algumas diferenças que pautam essas categorias. O termo travestilidade surgiu na França, mas apenas em 1925 que o termo travesti – criado por um sexologista alemão – passou a ser relacionado a pessoas que se vestiam com roupas do sexo oposto. No Brasil, na década de 1940, as travestis eram relacionadas a transformistas (relativo às performances artísticas na mídia) ou ainda eram designadas como homens homossexuais em que a aparência e maneirismos eram pautadas pela feminilidade. Apenas na década de 1980, este grupo passou a ser enxergado como uma categoria de identidade de gênero (CARVALHO; CARRARA, 2013). Entretanto, desde 1980 até os tempos atuais, “o termo travesti está relacionado quase diretamente à prostituição, à criminalidade e à marginalidade” (BARBOSA, 2013, p. 13).

Já o termo transexual foi criado na época da regulamentação da cirurgia de transgenitalização nos Estados Unidos, pelo médico Robert David Caldwell. No Brasil, a categoria transexual começou a ser mencionada a partir de 1980, após realização da primeira cirurgia de redesignação sexual (cirurgia de mudança de genitália) divulgada no país pelo médico Roberto Farina – sendo preso na época, pois tal cirurgia ainda não era regulamentada no Brasil (BARBOSA, 2013).

De acordo com os princípios científicos da medicina psiquiátrica, o sentimento de insatisfação com seu órgão sexual e o desejo pela mudança de sexo são alguns dos principais fatores que retratam a transexualidade. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens

Mentais V (DMSV), a transexualidade pode ser compreendida como “a insatisfação decorrente da discordância entre o sexo biológico e a identidade sexual de um indivíduo” e, por esta razão, existe a necessidade de cirurgias e utilização de hormônios. Já o termo travesti significa “travestismo fetichista”, definindo pessoas que se vestem de acordo com um gênero diferente daquele determinado ao nascer (ARÁN; MURTA, 2009, p.26).

Todavia, existem controvérsias em relação à obrigatoriedade de cirurgia de redesignação sexual (BARBOSA, 2013). Para Butler (2003), estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo e um gênero. E quando há a possibilidade de “se adequar” ao padrão, para que haja uma inclusão social, o processo é valorizado. Entretanto, a real necessidade da cirurgia deveria ser relativizada e discutida, ou seja, ser realizada de acordo com o desejo individual. Nem toda mulher trans, por exemplo, quer realizar este procedimento cirúrgico, do mesmo modo que a travesti não precisa ter uma vagina para pertencer à categoria feminina e não deveria precisar disso para ser reconhecida pela sociedade como tal. Butler (2003, p. 41) ainda afirma que “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe com as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica”.

Outro aspecto importante que deve ser debatido é o histórico de patologização dessas identidades de gênero, que ainda são consideradas pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) como transtornos mentais. Os/as transexuais foram descritos pela primeira vez no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais I (DMS-I),

em 1952, como desviantes sexuais. Em 1994, com a publicação do DSM IV, o termo 'transexualismo' foi substituído por 'Transtorno de Identidade de Gênero' (TIG), seguido por "Disforia de Gênero" no DMS-V (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Em contraponto a esse discurso científico, o movimento político de luta de diversas organizações no mundo pela retirada dessas identidades de gênero do rol de distúrbios de personalidade teve uma importante conquista em junho de 2018. A Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a transexualidade da lista de transtornos mentais na nova Classificação Internacional de Doença (CID-11). Nomeada por incongruência de gênero e transferida para a categoria de condições relativas à saúde sexual, a transexualidade passou a ser definida como inconformidade persistente do gênero vivido pela pessoa com o gênero atribuído em seu nascimento (OMS, 2018).

Apesar da recente classificação do CID-11, que só será oficialmente válida em 2022, o histórico de patologização por tais instituições médico-psiquiátricas ocorre desde o século 19, e deixa marcas no modo de pensamento social. Um exemplo disso, é a homossexualidade que há 30 anos deixou de ser considerada doença pela OMS, mas por muitos ainda é considerado um comportamento desviante (SOLL, 2016).

De certa maneira, as diretrizes diagnósticas patologizantes e a violência para com os corpos e vivências das pessoas trans são reflexos da imposição de fatores compostos como "normalidades", ou o que é dito normal e admitido como tal. Isto faz com que estes grupos sejam rejeitados e entendidos como sendo anormais, desprezíveis, em função de seus corpos. Nesse sentido, existe um processo normalizador que regulamenta seres

considerados menos humanos, abjetos (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Tal aspecto da construção de normas para os gêneros é relacionado com a questão de performatividade e performance. O gênero é performativo, produto de normas regulatórias que distinguem e hierarquizam as diferenças por meio de "restrições sociais, tabus, proibições, ameaças de punição" (BUTLER, 1993, p. 21). Tais limites à manifestação do comportamento humano são linguisticamente constituídos e socialmente naturalizados, a partir da repetição das normas que passam a instituir caráter homogêneo e estável daquilo que vem a constituir, por exemplo, a masculinidade e a feminilidade (BUTLER, 1993).

Ao passo que a performatividade retrata o conjunto de normatizações que antecedem e compelem o agir do indivíduo, regulando a repetição dessas normas, as performances podem ser entendidas como condutas performadas frutos da influência promovida pelas normas e padrões performativos (BUTLER, 1993), as formas pelas quais os indivíduos se apresentam e autocontrolam sua interação social por meio da repetição de normas, atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam, por exemplo, a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente (BUTLER, 2003).

Tal sistema de normas é anterior aos sujeitos que agem. Os princípios reguladores do sexo, por exemplo, generificam os corpos, naturalizando o conjunto de imposições estabelecidas e materializando as práticas reguladas sobre os corpos (BUTLER, 1993a). Dessa forma, os corpos "destoantes" das pessoas trans, por não se enquadrarem nesses sistemas performativos acabam por sofrer violências de diversos tipos, desde as simbólicas às físicas. Inclusive, os saberes científicos do campo do direito e da medicina

ao tentarem denominar e categorizar essas “desarmonias” acabam por criar um conjunto de convicções regulatórias para adequar cada pessoa aos padrões normativos masculino e feminino. Além disso, tal discurso científico de patologização das travestilidades e transexualidades corrobora com a concepção de anormalidade sobre esses corpos (SOLL, 2016).

Estas descrições pejorativas associadas às pessoas transexuais e travestis trazem uma série de consequências para a vida e para a interação social desse grupo, dentre elas é possível citar as condições, relações e oportunidades que se estabelecem para essas pessoas no mercado de trabalho (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO

Desde os tempos pré-históricos, o trabalho apresenta uma função essencial para os seres humanos. Mesmo com as mudanças históricas em torno das atividades laborais, estas ainda ocupam uma posição importante para a construção subjetiva da identidade humana (SILVA; CAMPILLE, 2015). “O trabalho atua sobre o sujeito, interferindo na sua vida como um todo, inclusive na relação saúde-doença” (ASSIS; MACEDO, 2008, p. 118). Processo em que o homem transforma a natureza que o cerca e a sua própria natureza, é uma questão cultural e de sobrevivência, afinal é por meio das relações de trabalho que os seres humanos constroem relações com o coletivo e consigo. Essencial para o desenvolvimento das habilidades e para a construção do autoconhecimento, o ofício pode ser fator de alegria e realização das pessoas, e sua falta pode acarretar em sofrimento (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

Devido à discriminação que pauta a realidade da população trans, muitas não têm oportunidades para investir em sua escolaridade, de ter uma capacitação profissional e, conseqüentemente, de ocupar uma vaga de emprego formal (BOHM, 2009; SALES, 2012). Porém, para além da baixa escolaridade, é importante investigar outros fatores organizacionais que influenciam a inserção das mulheres trans e travestis no mercado de trabalho.

Diante do contexto de expansão epistemológica dos estudos organizacionais para fornecer mais visibilidade às (r)existências de grupos excluídos e marginalizados, a gestão da diversidade emerge como uma possibilidade de inclusão de minorias historicamente em desigualdade ou aqueles classificados como “diferentes”. Porém, esse rótulo inclusivo surgiu agregado a uma resposta das organizações para capitalizarem vantagem competitiva, sendo muitas vezes a diversidade utilizada nessa perspectiva apenas como um significante despolitizado (METCALFE; WOODHAMS, 2012).

Herring e Henderson (2011) destacam que tais métodos de gestão da diversidade não são efetivos na redução de índices de desigualdades e inclusão. Já de acordo com Saraiva e Irigaray (2009, p. 337) existem “contradições entre os discursos e as práticas adotadas, devido a arraigados processos de preconceito, e a um direcionamento das políticas de estímulo à inclusão mais voltada para o mercado”.

Nesse contexto, as travestis e transexuais que conseguem trabalhar em organizações (inclusive naquelas que afirmam adotar políticas de respeito à diversidade e às diferenças) encontram barreiras nos preconceitos enraizados nestas

estruturas, vivenciam a discriminação e a intolerância já naturalizadas, e são obrigadas a negar sua identidade, por não se encontrarem dentro dos padrões binários e heteronormativos legitimados na sociedade (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018)

Tais discriminações estão relacionadas a estigmas profissionais que se mantêm socialmente e historicamente quanto ao espaço de determinada ocupação e quanto ao perfil do profissional (GOFFMAN, 1988). A cultura predominantemente preza por um modelo que atribui normalidade ao homem, branco, jovem, não portador de deficiências, heterossexual, casado, enquanto que o destoante deste padrão é considerado desvio ou anormalidade (FLORES-PEREIRA; ECCEL, 2010), tal como a população trans. As organizações formais dificilmente são idealizadas como ambiente de inclusão social de tais pessoas.

Também é importante destacar a escassez de estudos que retratam especificamente a temática da empregabilidade de pessoas trans e travestis, principalmente no campo da Administração. Dentre algumas das pesquisas já realizadas, está a investigação de Carrieri, Souza e Aguiar (2014) sobre as violências direcionadas para lésbicas, travestis e transexuais no ambiente laboral. Segundo os autores, diferentemente de gays e lésbicas, que podem esconder sua orientação sexual a maioria das mulheres trans e travestis têm suas identidades marcadas sobre seus corpos, ocasionando muitas vezes a exclusão imediata a possibilidades de emprego em organizações formais.

Outro trabalho na área de estudos organizacionais que retrata o estigma profissional vivido por este grupo, relata a redução de oportunidades profissionais, sendo estas pessoas resignadas a um pequeno negócio, profissões historicamente

consideradas subempregos e tidas como femininas – a exemplo de: cabeleireira, costureira, auxiliar de cozinha, faxineira – ou à prostituição – profissão depreciada socialmente e moralmente vista como degenerada e pecaminosa (NETO; SARAIVA, 2014).

Estudos mais recentes de outros campos de conhecimento, como direito, saúde, sociologia e psicologia se debruçaram a estudar a empregabilidade deste grupo em cidades do Sul e Sudeste, como São Paulo (SANTANA, 2017; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018; SILVA; LUPPI; VERAS, 2020), Belo Horizonte, Vitória (OLIVEIRA, 2019) e Florianópolis (HARTMANN, 2017). Boa parte dos achados destas pesquisas evidencia a situação de marginalidade social e de exclusão em que se encontram a maioria desses indivíduos. Tal população não costuma ser alvo de políticas públicas que garantam acesso integral à saúde, proteção contra a violência simbólica e física em âmbito escolar e que fomentem oportunidades para sua inclusão no mercado de trabalho.

Já os estudos realizados sobre transexualidade e travestilidades com locus na cidade do Recife versam sobre transformações corporais, direitos e discursos hegemônicos acerca dessas identidades de gênero. De modo geral, é válido ressaltar que as discussões ainda são pontuadas, se encontrando silenciada a problematização sobre tais corpos no mundo (ou contexto) do trabalho. Portanto, no intuito de ampliar reflexões, e compreender melhor particularidades da situação deste grupo, é preciso desenvolver investigações sobre a empregabilidade dessa população em metrópoles das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (fora e dentro do campo da Administração).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com caráter exploratório, abordagem qualitativa e corte transversal, o artigo visa discutir sobre a trajetória de trabalho de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho na cidade do Recife. A construção do corpus de pesquisa se deu a partir de entrevistas individuais com travestis e mulheres transexuais da cidade do Recife, entre 2016 e 2017. A partir da técnica de saturação dos dados e de modo a ampliar a tipicidade do corpus, foram selecionadas sete entrevistadas (3 travestis, 3 mulheres transexuais e uma que se denomina mulher trans e travesti) com perfis diversos quanto a faixa etária, escolaridade, classe social, local de residência e histórico profissional.

As entrevistas tiveram duração média entre trinta a quarenta minutos, e contaram com roteiro semiestruturado composto de questionamentos relacionados aos temas que nortearam à pesquisa de campo, quais sejam: ocupação de trabalho atual e anteriores; dificuldades vivenciadas no ambiente profissional; experiências na época escolar, cursos universitários e técnicos; maneira como lidam e como enxergam sua identidade de gênero; relação entre travestilidade e/ou transexualidade e a cidadania; e planos profissionais no futuro. A seleção das entrevistadas foi realizada com o auxílio da técnica da bola de neve, no qual uma entrevistada indicava a próxima. O contato da primeira entrevista Aurora foi obtido por intermédio de dois sites: um de organização de militância trans e outro de programas de prostituição.

Recorreu-se à análise de conteúdo temática (BARDIN, 2014) para organizar os dados coletados e extrair significado (explícito ou oculto) e essência da textualidade (manifesta ou latente) presente

nas falas das entrevistadas, mediante três procedimentos sistemáticos: i) pré-análise, que consistiu na leitura sistemática para a organização do material, na escolha dos documentos a serem analisados, e na formulação de pressupostos que fundamentaram a interpretação final; ii) exploração do material, sendo realizada a identificação das unidades de contexto nos documentos para assim realizar a definição das categorias centrais – quais sejam: exclusão familiar, exclusão escolar, discriminação e mercado de trabalho, e prostituição –, seguidas pela codificação dos dados; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, sendo realizada a condensação e o destaque das informações com base na empregabilidade, que culminaram nas interpretações inferenciais – este momento constituiu especificamente a fase de análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2014).

Antes de iniciar propriamente as análises, mostra-se pertinente conhecer um pouco sobre o perfil daquelas que compuseram o corpus desta pesquisa. De forma sucinta, a seção a seguir apresentará inicialmente algumas informações sobre cada entrevistada, perfis estes que auxiliarão na compreensão das discussões posteriormente percorridas acerca de suas trajetórias. É importante ressaltar que seus nomes foram substituídos por outros fictícios, com o objetivo de manter o sigilo da identidade das participantes.

AS ENTREVISTADAS

A primeira entrevistada foi Aurora, mulher trans, com 23 anos, ensino superior completo na área de Turismo, atualmente trabalha como profissional do sexo e voluntariamente como militante da

NATRAPE (Nova Associação de Transexuais, Travestis e Transformistas de Pernambuco). Já tentou fazer alguns processos seletivos referentes a empregos na sua área de formação, porém só recebeu negativas das empresas. Em relação à renda média profissional, Aurora afirmou que não tem como estipular um valor médio, pois o faturamento varia muito. Ao assumir sua identidade de gênero para a família, sofreu várias exclusões e discriminação de parentes, por isso decidiu sair de casa.

A segunda entrevistada chama-se Juliana, mulher trans com 33 anos, tem ensino técnico na área de enfermagem, antes trabalhou num salão de beleza, emprego este que foi fundamental para conseguir pagar o curso de enfermagem. Em suas palavras, “tudo que eu tenho na minha vida com 33 anos, primeiramente foi um salão de beleza que me deu”. Depois de formada, Juliana conseguiu trabalhar como funcionária temporária em dois hospitais. No primeiro sofreu muita transfobia, atualmente ela se dedica a pesquisar e se especializar na área de flebotomia (técnica para coleta de sangue).

A terceira entrevistada foi Maria Flor, travesti, 21 anos, ensino médio completo, atualmente é profissional do sexo, com renda média mensal de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais). Antes dessa ocupação, foi funcionária por um ano como auxiliar de cozinha num hotel, mas devido às constantes discriminações que sofria, preferiu sair do emprego. “Não aguentei, por causa de preconceito, de não me aceitarem do jeito que eu sou”.

A quarta entrevistada, Gabriela, tem 43 anos, se considera mulher trans, mas também se denomina travesti, pois em suas palavras “gosto de me dizer travesti devido a enorme necessidade de dar visibilidade a estas meninas que estão nas esquinas, tentando sobreviver, e toda a carga cultural

que o segmento traz”. Ela tem ensino superior completo, é engenheira agrônoma, atualmente trabalha como funcionária pública e tem uma renda média mensal bruta de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Se percebia como mulher, logo quando criança, porém por vir de uma família conservadora – com parentes militares – só resolveu se assumir aos 25 anos. Segundo ela, demorar um pouco mais para se assumir teve consequências boas e ruins. “Tiveram umas coisas que foram horríveis, [...] mas em outras, isso me garantiu, por exemplo, um futuro... Não fui expulsa de casa, terminei meus estudos, fiz faculdade (até mestrado, mesmo não concluindo) e passei em concurso público. Isto me livrou das ruas e da prostituição”. No seu emprego atual, ela ainda não se assumiu, mas já procura ter uma expressão de gênero andrógona.

A quinta entrevistada, Thais, mulher trans, 37 anos, ensino superior em andamento, é atualmente assessora parlamentar. Assumiu-se quando tinha 18 anos e, devido a preconceitos de sua família, foi indiretamente expulsa de casa. Logo depois foi para São Paulo e conseguiu um emprego como professora de inglês, mas pelo fato de estar começando o processo de transformação foi demitida, pois os pais dos alunos falavam que ela podia influenciar os alunos a serem como ela. Depois disso, Thais foi trabalhar na prostituição, passando dez anos na atividade, parte em São Paulo e parte na Europa.

A sexta entrevistada chama-se Rebeca, é travesti, tem 24 anos, ensino superior incompleto, e atualmente é servidora pública federal. Ingressou há aproximadamente quatro anos nesse emprego. No início ainda não tinha começado o processo de transformação. Assim que começou esse processo, Rebeca recebeu apoio da família, mas no ambiente profissional sofreu várias

perseguições e repressões, o que acarretou sentimento de aversão ao trabalho, envolvimento com drogas ilícitas e um processo de abandono do emprego. No entanto, ela procurou ajuda do sindicato e pediu transferência de setor, sendo bem acolhida no novo departamento.

A última entrevistada, Mariana, também é travesti, tem 38 anos e ensino fundamental completo. Atualmente tem seu próprio salão de beleza, onde trabalha como cabeleireira. Quando tinha 18 anos, se assumiu como homossexual para sua família, que não aceitou sua orientação sexual. Com o apoio de amigos, Mariana resolveu sair de casa e começou a trabalhar como empregada doméstica, mas logo depois conheceu um cabeleireiro que a colocou para trabalhar no salão dele como auxiliar. Foi lá que ela aprendeu as técnicas de cortes de cabelo e fez o seu primeiro curso profissionalizante. Seu processo de transformação como travesti começou em São Paulo, cidade na qual morou por sete anos.

RELATOS E DISCUSSÕES SOBRE TRAJETÓRIAS TRANS

A empregabilidade configura-se como um dos principais elementos para o exercício da cidadania. No entanto, a população trans da cidade do Recife enfrenta inúmeras dificuldades na inserção em vagas de emprego formais (SOUZA, 2017). Para entender melhor o processo e as dificuldades, além de analisar as falas das entrevistadas também é necessário compreender os vieses que constroem a empregabilidade: o apoio familiar na fase de desenvolvimento e capacitação profissional, a escolaridade, e o próprio mercado de trabalho.

A primeira instituição social que muitas vezes marca essa rede de exclusão com pessoas trans é a família. Ainda na

adolescência/juventude, ao assumirem sua identidade de gênero para a família, grande parte das travestis e transexuais é expulsa de casa ou acabam “escolhendo” sair de suas residências devido ao preconceito, às discriminações e à violência que sofrem no ambiente familiar. De acordo com Carrieri, Souza, Aguiar (2014), sem o apoio da família, sem moradia, com baixa escolaridade e com um nicho de mercado restrito devido aos preconceitos da sociedade, muitas vezes a única saída viável de subsistência para essa população é a prostituição.

A falta de suporte da rede social – principalmente da família – é um dos fatores que influencia a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho do sexo. As entrevistadas que trabalham ou trabalharam neste ramo relataram que foram expulsas de casa ainda muito jovens, e encontraram nessa atividade a forma possível de sustento e sobrevivência diante da falta de apoio social. Os trechos das conversas a seguir descrevem o processo de exclusão e discriminação familiar e a influência desse aspecto no ingresso na prostituição:

Eu permaneci como menino até os 18/19 anos, até chegar e contar pra meu pai realmente como foi esse processo e o que eu queria ser. E aí, não houve a expulsão direta, néh, “saia da minha casa”, foi uma expulsão indireta. Indireta em que sentido? Negação de direitos. Eu só tinha direito a alimentação e moradia, eu ganhava mesada e minha mesada deixou de existir, a saída que, às vezes, eu pegava o carro, não me dava mais. Então, assim... eu só tinha casa e comida, eu praticamente não existia dentro de casa, porque também não havia uma comunicação, se fechou um ciclo por conta de que eles não aceitavam a minha identidade de gênero. E aí isso causou o que? Eu fiquei 3 meses em

casa e aí eu decidi viajar pra São Paulo, que foi quando eu conheci a dura realidade de ser uma travesti. (Thais, 37 anos)

Hoje faz um ano e meio que eu moro sozinha, mas que eu só tenho uma visita somente da minha mãe e da minha cunhada. Então o laço familiar que eu até tinha foi totalmente destruído, por uma questão de preconceito mesmo, por não aceitarem e respeitarem a minha identidade de gênero. [...] Eu tive pessoas da minha família dizendo assim: que eu seria um nojo, uma desgraça, uma desonra da família. (Aurora, 23 anos)

Já as entrevistadas, que atualmente estão estabilizadas num cargo de setor público, começaram as transformações corporais ou fizeram esse processo de “saída do armário” apenas quando já estavam estáveis num emprego. Elas tinham medo que as famílias as expulsassem de casa e, assim, acabassem como muitas outras, sem moradia e segurança. As falas a seguir retratam o processo de postergação para o momento de assumir suas identidades para as famílias.

Minha família que é toda de militares, o pessoal muito machista... então diante daquilo tudinho ou me camuflava, criava uma estratégia de defesa, ou eu ia ter que viver em atrito com a sociedade, com a escola, com minha família, com os coleguinhas. [...] eu só vim mesmo me aceitar como mulher transexual aos 25 anos de idade [...], foi a opção que eu fiz na minha vida de realmente me resguardar, e talvez se eu não tivesse me resguardado eu não tivesse nem aqui hoje, e hoje em dia eu tenho um emprego que me garante comprar hormônios. Se eu quiser fazer a cirurgia, eu faço! Me sustento! Não preciso me prostituir, graças a Deus, néh! Mas e se eu

tivesse me assumido aos 15 anos de idade? Talvez eu não tivesse nem aqui agora. (Gabriela, 43 anos)

Não tinha vida social nenhuma, só comecei a viver quando eu passei aqui [concurso de servidora pública]. Foi quando eu pensei “agora eu tenho um emprego, agora eu posso relaxar, eu posso viver, eu posso ser eu”... eu já não vou pra debaixo da ponte, porque eu tenho como me sustentar, que assim... (Rebeca, 24 anos)

Para entender melhor a segurança sentida pelas entrevistadas acima, é válido ressaltar que o Art. 41 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) – relativo à segurança da estabilidade no setor público –, indiretamente, protege essa população do desemprego motivado por transfobia. Tal respaldo legal deu sustentação para que as entrevistadas pudessem assumir suas identidades sem o medo de possíveis represálias ou ameaças ao no emprego que ocupavam, minimizando as dificuldades que são inerentes à defesa de sua identidade de gênero.

Ainda com relação ao âmbito familiar, algumas das entrevistadas (minorias) expuseram o apoio que tiveram de alguns membros da família, mas não excluíram o fato de que foi necessário lutar para conquistar o reconhecimento das suas identidades, principalmente quando se tratavam de pessoas com mais idade. A ignorância e o desconhecimento em relação aos temas de gênero e sexualidade eram algumas das causas do preconceito da família para com essas pessoas.

95% da minha família me apoiou total, só existe aquela dificuldade de alguns mais velhos, por exemplo em como me tratar de acordo com o meu gênero. Ainda existem algumas

resistências, mas a maioria dos primos, o pessoal da minha idade, eu vejo que há um esforço [...]. E eu já me assumi homossexual, e logo em seguida já trans. Então assim, pra eles, pra minha família, ninguém me retaliou, o máximo que eu percebi foi as pessoas sem saber como lidar, com medo da violência que eventualmente eu venha a sofrer na rua. [...] existe um esforço, embora eu ainda estou num processo de...de...de afirmação mesmo, de eles me respeitarem enquanto [Rebeca] e tal, mas é uma luta que é diária, mas assim no geral eu tenho apoio da minha família, eles não me abandonaram em nenhum momento e nem se opuseram a nada. (Rebeca, 24 anos)

Segundo Peres (2004), as situações de discriminações, agressões, violências no contexto familiar e social, acabam por restringir a cidadania dessa população, e isso conseqüentemente aflige a saúde psicológica, a autoestima, a capacidade de ação dos sujeitos pertencentes a esse universo, e faz com que elas tenham a confiança em si minada, e assim comecem a encarar como natural as violências simbólicas, físicas, morais e psicológicas sofridas. Portanto, essa rede social de família, como também de amizade, é essencial para a construção da autopercepção das pessoas transgêneras, para sua afirmação e para a busca de cidadania diante dos problemas sociais enfrentados por essa população.

No momento em que as travestis ou mulheres transexuais começam a expressar o gênero com o qual se identificam e passam a ter comportamentos que desafiam aos padrões de inteligibilidade atribuídos ao órgão sexual com o qual nasceram, o processo de exclusão se inicia, pois a maioria da sociedade ainda tem uma compreensão de gênero binária ligada à anatomia humana, ou

seja, se nasce com uma vagina (fêmea) é identificada como mulher, e se nasce com um pênis (macho) é necessariamente homem (SANTOS; SANTOS, 2011).

Nesse sentido, essa exclusão começa desde muito cedo. A maioria das entrevistadas relatou que já na infância e adolescência percebia um comportamento de gênero diferenciado. Apesar de se identificarem e vivenciarem o gênero feminino desde tenra idade, muitas ainda não sabiam o que era uma transexual ou travesti, sentiam que tinham um comportamento diferente dos padrões fixados na cultura, mas ainda não sabiam o que era isso. E as que tinham conhecimento não se assumiram por causa do medo da retaliação e discriminação da família e sociedade, conforme relatos a seguir:

Eu me vejo com a identidade feminina desde criança mesmo, com quatro, cinco anos de idade, muito nova, tanto é que eu nem lembro que idade eu tinha, néh. Mas realmente eu era criança, criancinha mesmo, e eu me olhava e achava que realmente tinha pontos que eu me achava feminina e isso me trazia felicidade, alegria, coisa que a gente sentia assim muito intuitivamente, não era uma coisa que tava ali muito claramente "porque eu tenho uma identidade de gênero trocada". (Gabriela, 43 anos)

Na infância eu gostava de colocar uma toalha na cabeça fingir que era cabelo, colocar saia da minha mãe, só em termo de brincadeira mesmo. [...] Mas, enfim, quando eu comecei a perceber isso na infância, eu passei minha adolescência toda me reprimindo muito. Eu não vivi a minha sexualidade, porque eu me identificava como gay, mas ainda não era aquilo, ainda não tava completa. (Rebeca, 23 anos)

Hoje você tem muita referência do que é ser transexual ou o que é ser travesti, na época em que eu fiz a transição não tinha essa referência, e aí você sabia que era diferente, mas não sabia o que você era, não sabia o que significava a palavra transexual. Eu não sabia nem que existia gay nessa época. (Thais, 37 anos)

Devido ao comportamento de gênero que desafiavam os padrões binários e heteronormativos, mesmo quando não assumidas, essas pessoas começaram a sofrer discriminação e violências físicas e psicológicas na escola, o que acaba por transformar o espaço de aprendizado num ambiente hostil e de exclusão.

Segundo Peres (2005), a escola é uma das primeiras instituições sociais que pratica a exclusão, o que futuramente vai repercutir de forma direta no processo de empregabilidade e profissionalização das travestis e mulheres transexuais. Inclusive, é importante destacar que no momento em que os colégios se silenciam diante de problemas relacionados a questões de gênero e sexualidade fomentam as atitudes discriminatórias, pois legitimam os padrões sociais, preconceitos, agressões e exclusão.

Tal processo de exclusão pode ser percebido pelas falas das entrevistadas, que desde muito novas sofriam *bullying* nas escolas. Porém, apesar das violências relatadas, não eram tomadas iniciativas de conscientização por parte da direção/coordenação ou professores.

Na escola, é aquelas chacotas néh, que não tem esse ou essa que não passe, todo mundo sendo gay, sendo travesti, lésbica, sendo negro, diferente. Tudo que você tiver um defeito ou que a sociedade ache que seja um defeito, sempre vai ter o

bullying, sempre vai abusar, sempre vai discriminar. (Maria Flor, 21 anos)

Eu sofria muito *bullying* na época, sofria, mas assim, já chegaram a me bater e tudo, [...] mas minha época exigia muito, jogavam pedra, queriam bater, eles davam curra, néh, gritavam, davam curra na rua, zoavam com a cara, diziam um bocado de besteira. (Mariana, 38 anos)

As atitudes preconceituosas, permeadas por violências simbólicas e físicas realizadas por outros alunos e/ou por professores e/ou diretores condenam o ambiente escolar a um ambiente de exclusão. A negligência dos atores envolvidos no processo de educação escolar perante os atos de discriminação tem influência direta na alta taxa de evasão escolar e, por conseguinte, na realidade de marginalização e exclusão de diversas transgêneras nas atividades profissionais e na sociedade em geral.

O mercado de trabalho torna-se restrito para as mulheres transexuais e travestis devido fortemente aos preconceitos. Mesmo quando elas têm alguma capacitação profissional, as organizações tendem a não contratar essa população e quando contratam não há uma estrutura para combater os preconceitos e as discriminações praticadas pelos funcionários da empresa contra elas. Exemplos foram encontrados nos relatos das entrevistadas Maria Flor e Thais, que conseguiram emprego, mas não permaneceram em suas funções por causa das discriminações sofridas. Em consequência, a prostituição surge como o caminho alternativo que lhes resta.

[...] tinha arrumado um emprego lá no hotel, onde eu trabalhei lá em Boa Viagem, auxiliar de cozinha [...]. Eu passei um ano trabalhando com eles. Mas não aguentei, por causa de

preconceito, de não me aceitarem do jeito que eu sou. [...] discriminaram minha orientação [identidade de gênero], não deixava eu usar o banheiro feminino, e meu nome... não respeitavam meu nome social, aí eu preferi sair e voltei pra rua. (Maria Flor, 21 anos)

Eu consegui um emprego de professora de inglês, porque eu tenho quatro diplomas, certificados de inglês, e eu consegui um emprego de professora no bairro em que eu morava, mas pelo simples fato de tá começando a transição, eu fui retirada do curso. Pelo simples fato dos pais dizerem que eu ia ensinar os filhos delas a ser como eu era. (Thais, 37 anos)

Muitas vezes, já no processo de seleção, ocorre a transfobia. Segundo Aurora, mesmo com bom currículo e graduada em Turismo, ela não conseguiu um emprego na área de formação, pois no próprio processo de seleção, ao perceberem sua identidade, ela já era descartada. A visibilidade da sua identidade de gênero faz com que a exclusão seja rápida e direta. Aurora ainda foi funcionária em uma empresa de telefonia por quatro anos, mas também relata que o ambiente de trabalho não era inclusivo.

Eu trabalhei quatro anos na empresa de telefonia, e durante esses últimos um ano e meio foi um ano meu de luta pra eu ser reconhecida lá dentro como uma pessoa trans. Não foi nada fácil pras meninas que trabalhavam lá, anterior, que foram colocadas para fora. Teve muita transfobia, não eram chamadas pelos nomes que elas se reconhecem, e também o uso do banheiro. (Aurora, 23 anos)

A entrevistada discorre ainda sobre as tentativas para vagas de emprego em sua área de formação:

A pessoa vê o currículo e até fala: nossa, você é uma pessoa excelente, realmente a gente tá precisando. Mas quando parte para o nome que é a nossa maior dificuldade existe um preconceito, porque as pessoas, as empresas ainda não estão aptas a empregar uma pessoa trans, pelo simples fato dele achar que nós não somos capazes de ocupar qualquer espaço [...]. Uma última seleção que eu tive, de uma última empresa que eu fiz, a moça falou: infelizmente você não vai poder ficar pela questão do seu nome ou, se você ficar aqui na empresa, você não vai poder utilizar ou vir na forma aparentemente feminina. Por exemplo, eu tinha que cortar as unhas, tinha que prender o cabelo, ou até mesmo cortar. Como a psicóloga me sugeriu, tinha que vir com trajes realmente masculinos pra adentrar aquela empresa. (Aurora, 23 anos)

Outro ponto que pode ser destacado é a posição da psicóloga em relação à contratação de uma pessoa transexual. Mesmo existindo um Código de Ética Profissional regido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005) – que veda tais profissionais a cometerem ou reforçarem qualquer tipo de preconceito no exercício de suas funções profissionais, orientando-os a basear seus trabalhos no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade e da igualdade –, a psicóloga é influenciada pela cultura organizacional e, por vezes, toma atitudes baseadas de acordo com a postura da empresa, chegando a reforçar ações transfóbicas no exercício de sua atividade profissional.

Devido à falta de oportunidades, em diversos contextos, este público é impelido a ocupar o espaço da prostituição. Motivadas pela exclusão que sofrem em outras esferas

sociais, algumas das entrevistadas relatam que não estão se prostituindo por opção, mas sim por necessidade, afinal elas também não contaram com o apoio da família e desde novas tiveram que se sustentar sozinhas. Tal fato pode ser observado nas próximas falas:

Se uma travesti quer ser prostituta, que ela seja. Porque ela quer ser e não porque ela é obrigada a tá naquele espaço, porque eu fui obrigada. Não obrigada do tipo “ah, coloca ela pra trabalhar ali”, não! Mas pela exclusão. (Thais, 37 anos)

A gente vai pra rua não é porque quer, a gente vai porque é obrigada a ir, porque a gente não escolhe tá ali, sendo chacota dos outros, a gente não escolhe. Claro que eu queria... e quero trabalhar, mas só que as oportunidades são poucas, então a necessidade obriga a gente ir pra ali. (Maria Flor, 21 anos)

Você ir deitar com o homem pelo simples fato de você saber que aquilo ali é uma necessidade, que você tem que aceitar aquilo, mas que ao mesmo tempo lhe dá um nojo, porque é algo que lhe traz um... um... nojo. Então eu já cheguei em casa pra tomar banho de água sanitária, banho de álcool, pelo simples fato de deitar com um homem [...], mas deitar com um corpo que ali eu não me sentia bem, mas que eu sou obrigada àquilo, eu sou vendida. (Aurora, 23 anos)

Os relatos das entrevistadas retratam o sentimento de ter seu corpo vendido como mercadoria. Tal percepção se relaciona com a lógica imperativa capitalista e patriarcal, na qual os homens detêm grande parte do poder. O corpo da mulher, desde muito tempo, foi submetido à compra e à venda. Ao longo da história, foi atribuído para o papel feminino funções de serventia e cuidados para com o masculino, os desejos e vontades

das mulheres acabam ficando de lado. O corpo da mulher servia e ainda serve para a dominação e prazer masculino. Tais desigualdades de poder e violências também se aplicam à população trans, que se identificam enquanto mulheres.

Além disso, quando as mulheres transexuais e travestis se assumem, a sociedade não consegue aceitar o fato de uma pessoa deixar de ocupar um status de poder relacionado ao masculino, que em uma cultura patriarcal e machista é mais valorizado, para se “rebaixar” a uma posição de gênero menos prestigiada. Tal conjuntura, somada à aversão ao diferente e à ignorância em relação à temática de sexualidade, gera mais preconceitos e discriminação para a população trans.

No tocante à prostituição, é importante ressaltar que atualmente a atividade no Brasil – enquanto prática individual e autônoma – não é considerada ilegal. Entretanto, mesmo sendo reconhecida como uma atividade laboral, um meio de obtenção de renda e autonomia financeira pelo Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, este ofício não é reconhecido por lei como uma profissão. Ou seja, quem exerce essa atividade não tem os direitos trabalhistas garantidos, o que contribui para a precarização e insegurança desta ocupação (KULICK; GORDON, 2008). Tal realidade pode ser percebida através das falas das entrevistadas que trabalham ou trabalharam como profissional do sexo:

Olhe não é nada fácil, porque a questão da segurança na prostituição, a gente sabe que não é fácil, porque a vulnerabilidade que a gente está é extrema [...]. Na rua eu já voltei pra casa me tremendo, voltei pra casa chorando, pelo simples fato de eu tá ali com minhas amigas e passar carros e jogar ovos e jogar coco, saco de pedra na gente e dizer

assim “você é o nojo da sociedade”. (Aurora, 23 anos)

Você ganha muito dinheiro. A prostituição te traz isso, mas é muito doloroso, você trabalhar na rua, você sofre muito preconceito, você pode ser morta a qualquer hora, você não sabe, você apanha da polícia, na época que eu trabalhava, hoje em dia eu não sei. Eu posso falar da minha perspectiva na época em que eu trabalhava, você apanha de polícia, é muito constrangedor, a violência psicológica é muito grande, a violência verbal é muito grande, então isso é muito doloroso. Por isso que eu hoje tento mostrar pras pessoas o quanto foi doloroso e que isso tem que mudar. (Thais, 37 anos)

Os perigos do dia a dia mesmo que tem de você sair, você não voltar, uma pessoa fizer alguma coisa com você, passar, te dar um tiro, jogar ovo, como várias vezes já aconteceu comigo, ovo, saco de lixo, várias coisas já aconteceram [...]. (Maria Flor, 21 anos)

Por meio dos relatos de Maria Flor, Thais e Aurora, pode-se perceber que as violências vividas na prostituição são inúmeras. As entrevistadas que se prostituem recorrem a essa atividade por questões de sobrevivência, e encaram essa profissão como uma carreira curta e sofrida, que não oferece perspectiva de futuro. A insegurança e o medo são fatores constantes.

No entanto, não se pode deixar de salientar que esse ambiente hostil da prostituição é ao mesmo tempo o espaço no qual elas têm sua identidade reconhecida e legitimada pelos clientes que as procuram. De certa maneira, isto acaba se configurando como uma compensação para que elas continuem nesta profissão, mantendo um ciclo de violência simbólica que é mediado

pelo reconhecimento da identidade de gênero conquistado neste espaço.

Outro ponto que deve ser discutido é o da precarização do ofício da prostituição e as suas consequências para a população trans. Condenadas por instituições religiosas e por grande parte da sociedade, além de não reconhecidas pelo Estado, as prostitutas carregam um estigma moral que reforçam sua situação de vulnerabilidade. Segundo os estudos de Silva e Campele (2015), os fatores depreciativos da prostituição têm um forte impacto na saúde das trabalhadoras, principalmente no que se refere ao adoecimento por problemas psicológicos.

Portanto, pode-se perceber que a prostituição é influenciada por diversos aspectos sociais, como: percepções sobre identidade de gênero e sexualidade, políticas públicas, aspectos morais, entre tantos outros. Dessa forma, é necessário se discutir essa profissão sob a ótica da marginalização e da violência a que é submetida, pois a prostituição está inserida em um contexto social e assume características específicas que derivam das peculiaridades da trajetória trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pluralidade de diferenças está presente e estrutura as relações sociais estabelecidas cotidianamente. No entanto, ainda prevalecem na dinâmica social em que vivemos alguns padrões culturais que pautam e reprimem as distintas identidades e formas de expressão da sexualidade humana. A sociedade ocidental atual tem valores de gênero e sexualidade pautados sob uma visão binária e heteronormativa (BUTLER, 2003). Aqueles que se apresentam diferente de tais padrões “pré-concebidos” acabam sofrendo uma série de penalizações sociais,

como exclusão, marginalização e negação de direitos, inclusive a oportunidades de empregos.

Nesse estudo, a partir da trajetória de vida de 7 entrevistadas (entre travestis e mulheres transexuais), pôde-se perceber que suas experiências e a relação destas com as funções profissionais estão marcadas pelo preconceito e pela discriminação, os quais culminam em exclusão. Perceber-se e assumir-se numa identidade diferente dos padrões considerados “normais” acarretaram às entrevistadas exclusões no âmbito familiar, escolar, social e, conseqüentemente, tiveram reflexos sobre sua empregabilidade. A falta ou reduzido apoio familiar, a baixa escolaridade ou a habitual presença de preconceito nas organizações, reduzem as oportunidades de emprego no mercado formal para estas integrantes da coletividade.

O artigo também corrobora alguns achados de outros contextos (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018, OLIVEIRA, 2019; SILVA; LUPPI; VERAS, 2020) que são semelhantes ao que acontece no mercado de trabalho recifense. As situações de discriminação, agressões, violência no contexto familiar, social e de trabalho acabam por restringir a cidadania dessa população e, conseqüentemente, por afligir sua saúde psicológica, sua autoestima e a capacidade de reação daquelas que constituem esta população. Além disso, sem o devido apoio e

acompanhamento, com possibilidades restritas e ambiente adverso de emprego, a prostituição surge como opção viável de ofício, mesmo que insegura e precária. Observou-se ainda, com base nos relatos, que as adversidades encontradas na prostituição eram mais facilmente suportadas que o não reconhecimento de sua identidade de gênero e o preconceito em ambientes organizacionais formais.

A discussão sobre empregabilidade das travestis e mulheres transexuais é bastante ampla e pode ser alvo de outros estudos que se disponham a escutar tais vozes nos mais diferentes lugares e sobre as mais distintas lentes. O objetivo do presente estudo foi ampliar a visibilidade das (r)existências das mulheres transexuais e travestis da cidade do Recife. Ao passo que o compartilhamento das experiências e relatos de vida desta população possa chamar atenção para a necessidade de mais políticas inclusivas, de mais conscientização na formação dos jovens sobre gênero e sexualidade, sobre respeito às diferenças e reconhecimento do diferente na sociedade e no ambiente organizacional. Acreditamos que a escuta da população trans, a busca por entendê-la e o imperativo de incluí-la são instrumentos para o combate à transfobia e para a abertura de oportunidades para travestis e mulheres transexuais tanto no Recife quanto em todo o país.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?** Brasília-DF: Flasco – Brasil; OEI; MEC, 2015. Disponível em: <http://flasco.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, mai./ago. 2018.

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso: 15 dez. 2019.
- ARÁN, M.; MURTA, D.. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, mar./abr. 2009.
- ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, jan./mar. 2007.
- ASSIS, D. T. F.; MACEDO, K. B. Psicodinâmica do trabalho dos músicos de uma banda de blues. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 117-124, jan. 2008.
- BARBOSA, B. C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade - América Latina**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, ago/set. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Coimbra/Portugal: Edições 70, 2014.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- BENTO, B.. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- _____; PÉLUCIO, L.. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, ago./set. 2012.
- BOHM, A. M. **Os! Monstros'e a Escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 103f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BRASIL. **Constituição**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_41_.asp>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- BUTLER, Judith. Critically Queer. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Durham, v.1.n.1, p. 17-32, nov. 1993.
- _____. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. Nova York, Routledge, 1993a.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDIN, V. S. G. C.; BENVENUTO, F. M. B. Do reconhecimento dos direitos dos transexuais como um dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 113-130, jan./jun. 2013.
- CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis Transexuais. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 78-95, jan./fev. 2014.
- CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade - América Latina**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, abr./jul. 2013.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso: 1º abr. 2019.

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-78, 2011.

FIGUEIREDO, A. “**Se pudesse ressurgir eu viria como o vento**”. **Das narrativas da dor: um estudo sobre corporalidade e emoções na experiência da travestilidade**. 2008. 248f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FLORES-PEREIRA, M. T.; ECCEL, C. S. Diversidade nas organizações: uma introdução ao tema. In. BITENCOURT, C. e colaboradores (Org.) **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 335 - 352.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUEDES, M. Gênero, o que é isso? **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995.

HARTMANN, J. M. **Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis**. 2017. 151f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HERRING, C.; HENDERSON, L. From affirmative action to diversity: Toward a critical diversity perspective. **Critical Sociology**, USA, v. 38, n. 5, p. 629-643, set./out. 2012.

KULICK, D.; GORDON, C. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Riocruz, 2008.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Travessa, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. 2 ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MATOS, A. A.; LOPES, M. F. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 61-76, jan./abr. 2008.

MEDEIROS, C. R. O.; BORGES, J. F.; MIRANDA, R. Estereótipos de gênero e carreira executiva na literatura gerencialista. **Gestão.Org**, Recife, v. 8, n. 1, p. 81-97, jan./abr. 2010.

MENEZES, R. S. S.; OLIVEIRA, J. L.; DINIZ, A. P. R. Simbolismos de gênero e gestão: uma análise das feminilidades de executivas brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 01-22, jan./jun. 2013.

METCALFE, B. D., WOODHAMS, C. Introduction: new directions in gender, diversity and organization theorizing - re-imagining feminist post-colonialism, transnationalism and geographies of power. **International Journal of Management Review**, Londres, v.14, n. 2, p. 123-140, jun./set. 2012.

NETO, H. L. C.; SARAIVA, L. A. S. Estigma na trajetória profissional de uma travesti. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 234-256, jul./dez. 2015.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

- OLIVEIRA, J. F. Z. C. **"E travesti trabalha?": divisão transexual do trabalho e messianismo patronal**. 2019. 163f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. CID-11. Classificação Internacional de Doenças 11ª edição. OMS, 2018. Disponível em: <<https://icd.who.int/en/>> . Acesso: 16 jul. 2020.
- PERES, W. S.. Violência, exclusão e sofrimento psíquico. In: RIOS, L.; ALMEIDA, V.; PARKER, R.; PIMENTA, C. & TERTO JR, V. (Org.), **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro, ABIA, 2004. p. 116-122.
- PRAUN, A. G.. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 55-65, 2011.
- ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, 1997, p. 19-24.
- SALES, A. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.
- SANTANA, C. R. F. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania**. 2017. 186 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SANTOS, R. M. S; SANTOS, A. S. Memórias de trajetórias escolares de travestis. **Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queiros**, ano 1, n. 3, p. 1-11, set. 2011.
- SARAIVA, L. A. S. IRIGARAY, H. A. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n.3, p. 337-348, jul./set. 2009.
- SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, ago./nov. 1990.
- SILVA, K. A. T.; CAMPPELLE, M. C. A. Sentidos do trabalho aprendidos por fatos de meio marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **Revista de Administração Mackenzie - RAM**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 19-47, out./dez. 2015.
- SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, mai./jul. 2020.
- SOLL, B. M. B. **Incongruência de Gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5**. 2016. 66f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SOUZA, C. P. **Resistência Trans: práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife**. 2017. 177f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TEIXEIRA, J.C.; PERDIGÃO, D.A.; CARRIERI, A.P. O discurso gerencialista e a construção de ideais estéticos femininos e masculinos. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Minas Gerais, v. 3, n. 7, p. 385-436, 2016.
- TGEU. Transgender Europe: Trans Murder Monitoring 2015. TGEU, 8 maio 2015. Disponível em: <<https://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 6 set. 2019.
- VASCONCELLOS, L. T. Travestis e transexuais no mercado de trabalho. In: X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, ago. 2014.

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trad. Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch), 2007. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

NOTA

- (1) Mestre e graduada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora do Centro Universitário Brasileiro/UNIBRA, Recife-PE. ORCID 0000-0001-5864-8254.
- (2) Doutor, mestre e graduado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa-MG. ORCID 0000-0003-3193-7034.
- (3) Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Graduada em Administração pelo Centro Universitário do Estado do Pará/CESUPA. Professora adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Satarém, Santarém-PA. ORCID 0000-0001-7316-0783.
- (4) Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Pós-Doutorado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Graduado em Administração pela Universidade de Pernambuco/UPE. Graduado em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professor adjunto III da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife-PE. ORCID 0000-0001-7718-984X.

Enviado: 28/04/2020

Aceito: 24/07/2020